

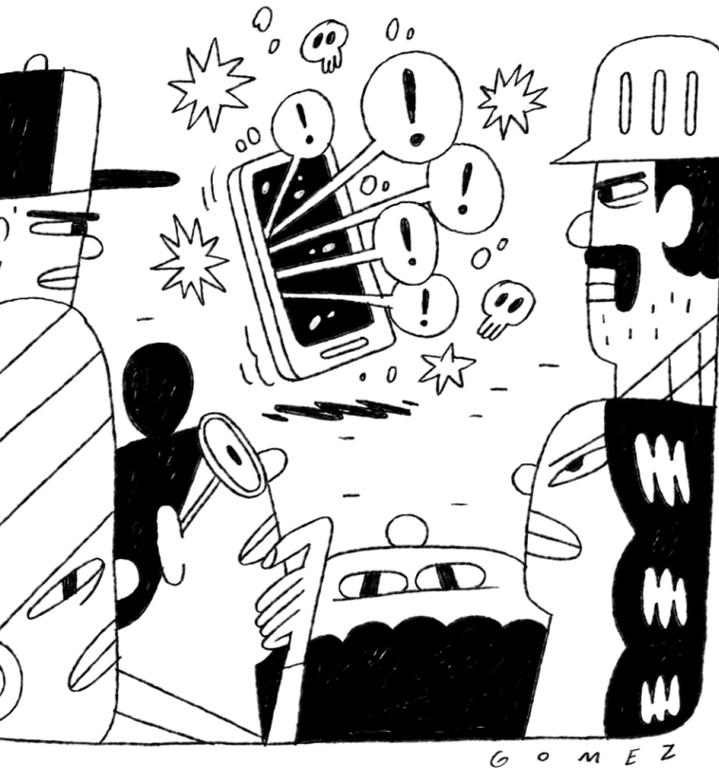
As agências de publicidade no combate às fake news

» MARCUS DI FLORA — Historiador e analista chefe do Núcleo de Integridade da Informação da Nova SB
 » OTÁVIO VENTURINI — Professor universitário, gerente de Integridade e Compliance da Nova SB,
 é presidente da Associação Brasileira de Direito Administrativo e Econômico (Abradade)

O medo e até mesmo o pânico causado entre alunos, professores e mães de crianças nas escolas reforçou a gravidade da propagação de fake news e narrativas falsas pela internet, como constatado em recente estudo realizado pela agência Nova SB. O monitoramento de redes, associado a pesquisas qualitativas e quantitativas, analisou a repercussão das ameaças digitais de novos ataques. Segundo o levantamento, mães e pais demandam mais segurança nas escolas, sendo que as mães buscam solução mais no campo do apoio psicológico, saúde mental das crianças e dos professores e inibição de conteúdo de ódio nas redes do que caminhos exclusivamente repressivos.

O debate sobre as fake news ficou ainda mais acalorado e polarizado agora que big techs, como Google e Meta, se posicionaram de forma explícita e crítica ao Projeto de Lei nº 2.630/20 (PL das fake news). O problema das fake news exige soluções urgentes e, de toda sorte, conforme indicam os modelos experimentados em legislações estrangeiras, as soluções regulatórias deverão, necessariamente, passar pela corresponsabilidade das plataformas, maior transparência na governança algorítmica das plataformas e transparência dos provedores em relação às medidas de moderação aplicadas, com oportunidade de manifestação e defesa por parte dos usuários.

Muito embora o regime de corresponsabilidade proposto na PL nº 2630/20 se destine às plataformas com grande número de usuários inscritos, outros players podem e devem contribuir ativamente com o tema. Esse é o caso das agências de publicidade que, por conta dos clientes, contratam serviços de provedores para impulsionamento publicitário. De partida, elas têm um papel relevante na curadoria do conteúdo a ser veiculado. Mas há também a contribuição na seleção de provedores que possam oferecer soluções de compliance em matéria de brand safety, evitando a destinação a sítios eletrônicos ou contas em redes sociais que propagam conteúdos nocivos ou fake news. Todas essas atribuições ganham maior relevância em se tratando de comunicações da administração pública.



E, dispondo de conhecimento técnico e estratégico em matéria de comunicação, as agências de publicidade têm muito a contribuir para a confiabilidade e a integridade da informação no país. A Nova SB, uma agência 100% nacional e voltada à comunicação de interesse público, desenvolveu e adotou internamente duas medidas nesse sentido: i) criação de um núcleo de integridade da informação e ii) elaboração e divulgação aos clientes e também ao público em geral, por meio da mídia, de relatórios sobre temas relevantes de comunicação pública, alvo de desinformação no Brasil, como o comportamento materno nas redes em abril, após falsas informações sobre ataques em escolas.

Os relatórios de transparência e integridade da informação são instrumentos fundamentais para a garantia da confiabilidade dos sistemas informacionais. Há duas finalidades precípuas nesses relatórios: contribuir para o monitoramento da integridade dos sistemas, identificando mecanismos e padrões de desinformação em grande escala, e conferir

transparência às pessoas sobre os resultados, bem como métodos e processos utilizados para identificação de padrões de fake news.

No caso da regulação das fake news, o PL nº 2.630/20 traz a previsão do Relatório de Transparência (RT), segundo a qual “os provedores de redes sociais deverão produzir relatórios trimestrais de transparência, disponibilizados em seus sítios eletrônicos para informar procedimentos e decisões de tratamento de conteúdos gerados por terceiros no Brasil, bem como as medidas empregadas para o cumprimento da legislação”. Uma característica marcante do Relatório de Transparência, conforme o próprio sugere, é a ampla divulgação ao público em geral.

Os sistemas informacionais e a comunicação, de forma ampla, devem possuir mecanismos, como os relatórios de transparência e integridade informacional, que reforcem sua transparência, confiabilidade e integridade. Todos os players — agências, veículos, anunciantes, provedores e influencers — podem e devem contribuir com essa missão.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Governo bom é aquele que controla os preços

Mais forte e visível do que os boletins oficiais, apresentados quase que diariamente mostrando o comportamento dos números da economia no Brasil, é o contato direto dos consumidores com essa realidade, quando vão ao mercado, ao shopping ou aos postos de combustível. Como repetia o filósofo de Mondubim: Cada dia com sua aflição.

Os preços sobem num ritmo que obedece, quase que exclusivamente, ao humor dos mercados, bastando para isso que se observe o fluxo e o aumento da procura. Para os brasileiros, de forma geral, esse é um fato já de conhecimento de todos, sendo que as estratégias para o vencer permanecem as mesmas de outros tempos. Diminuir o consumo é uma delas. Outra, é buscar preços com base em pesquisas. Mais um método de enfrentamento da crise é deixar de consumir ou substituir um bem por outro de menor valor. De qual forma, há sempre nesse encontro com a subida dos preços, uma boa dose de frustração e desalento.

O passado, entre nós, é aquela ponta do tempo que teima em não passar ou ficar parado no espaço. Abastecer o carro é sempre uma surpresa quando se nota que pelo mesmo valor pago antes, já não se compra a mesma quantidade de combustível. O inverso é sempre uma miragem. Nesse ponto específico, o preço do petróleo tornou em nosso país um indicador do sucesso ou da reprovação de qualquer governo. Num país movido a base dos derivados do petróleo, as altas de preços indicam, internamente, sempre um governo sem rumo. A estabilidade nos preços ou mesmo sua redução, indica o contrário, ou seja, um governo que possui as rédeas da economia, consegue o que todos esperam: previsão e estabilidade da moeda.

De tão importante, o preço dos combustíveis deveria servir como indicador que marca o grau de governabilidade dos mandatários. Maior preço nos derivados de petróleo, menores os índices de aceitação do governo. O que espanta o cidadão contribuinte é que mesmo que o país possua uma das maiores multinacionais do petróleo e muitas jazidas promissoras desse mineral, ainda assim o consumidor paga preços mais altos do que seus vizinhos que não possuem nem uma coisa nem outra. A explicação está mais na condução da política do que nas oscilações do petróleo no mercado mundial. Há algo errado com nossos políticos e há algo de errado também nessa estatal portentosa. Como é possível que os mais sofisticados economistas do país, não tenham conseguido, até agora, chegar à uma fórmula matemática que livre os brasileiros das constantes oscilações de alta nos preços dos combustíveis? Ou há algo errado com nossos economistas? Pela variação dos preços desse bem, sempre em sentido ascendente, temos que até hoje os brasileiros não sabem o que é um governo capaz de controlar essa comoditie sem abalos e sem sofrimento para os consumidores.

Da alta desse produto, todos sabem, resultam efeitos deletérios que vão destruindo nossa economia pelas beiradas. Um desses reflexos indiretos pode ser conferido pelos consumidores, com a quantidade de empresas de varejo que fecharam as portas nesses últimos meses e a quantidade de pessoas que foram demitidas desse importante setor da nossa economia. Lojas de departamento, outrora grandes e tradicionais, simplesmente fecharam as portas e demitiram massas de trabalhadores. É visível a quantidade de lojas fechadas nos shoppings e nas ruas do país. A quebraadeira é geral. Um passeio pela W3 é o retrato da situação. O anúncio de que outros gigantes do varejo irão fechar as portas já é conhecimento de muitos.

Não se pode negar que a cada aumento nos preços do petróleo aumenta também o número de desempregados. Há de fato alguma coisa errada com esses reajustes. Os efeitos indiretos provocados pelos aumentos sucessivos nos preços dos derivados de petróleo, atingem negativamente os brasileiros de diversas formas, inclusive aumentando o número de inadimplentes, que nesse momento bate todos os records, com mais de 43% dos cidadãos, com mais de 18 anos citados no Serasa por calote nas dívidas. Nunca, em tempo algum houve tantos brasileiros na condição de inadimplentes, sobretudo nos centros urbanos. Pior é que o calote é como uma bola de neve que cresce tanto para o devedor como para aqueles a quem deve, provocando um fenômeno em cadeia que se espalha e lá na ponta obriga o varejo ou o pequeno comércio fecharem as portas. Talvez seja essa a maldição que muitos acreditam estar ligada ao petróleo. O caso da vizinha Venezuela é exemplar.

Sentada numa das maiores reservas de petróleo do planeta, aquele país assiste até a uma falta de combustível nos postos locais. Culpa da política. Há muitas coisas erradas naquele país. Pudessem os salários e abonos dos dirigentes dessa nossa estatal serem regulados de forma inversa, a coisa mudaria de figura. Os aumentos nesses salários seriam calculados com os mesmos valores e índices que determinaram a redução nos preços dos combustíveis. A cada queda dos preços na bomba, corresponderia um aumento nos bônus desses diretores. Há de fato aqui também, alguma coisa errada com os proventos desses diretores.

» A frase que foi pronunciada

“Em vez de implorar à Opep para reduzir os preços do petróleo, vamos usar a liderança e engenhosidade americana para resolver nossos próprios problemas de energia.”

Pete Domenici

Quermesse

» No Lago Norte, a festa comemorada em maio atraiu uma multidão. A opinião dos participantes foi dividida. Gente demais, comida de menos, banda boa, som alto, filas, sem devolução de dinheiro, e por aí vai. O que se conclui é que quem chegou bem cedo ficou muito satisfeito. Quem demorou um pouquinho para chegar, já não viu vantagem.

» História de Brasília

De tanto ver o Príncipe Consorte romper o protocolo, o prefeito de Brasília, como bom embaixador, foi se afastando do marido da Rainha, até que ninguém mais viu o sr. Sette Câmara. (Publicada em 18.03.1962)

Sinais contraditórios

» NELSON MUSSOLINI

Presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro titular do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

O governo Lula, por meio do Ministério da Saúde, teve a louvável iniciativa de retomar a ideia de fortalecimento do sistema de saúde público e privado ao recriar o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Geceis). Mira, corretamente, uma política de Estado que permita ao país alcançar dois grandes objetivos estratégicos: ampliar o acesso da população aos bens e serviços de saúde e abrir nova frente de desenvolvimento tecnológico e econômico, com potencial de alavancar a integração do país às cadeias globais de valor.

Mas o capitalismo vive de sinais. Ao mesmo tempo em que o governo fala em atrair investimentos em química fina (insumos farmacêuticos ativos e intermediários) e refundar o polo farmacêutico, lança editais para importar medicamentos não aprovados e registrados na Anvisa. Ao mesmo tempo em que promete incentivar a inovação na indústria farmacêutica instalada no país, a tese de licenciamento compulsório de medicamentos — antiga e fracassada — volta a circular em Brasília.

Nada mais contraproducente, tanto do ponto de vista da saúde quanto da economia. Pois nenhum empreendedor investe em ambiente nebuloso, que não ofereça previsibilidade e segurança jurídica.

Essa regra é especialmente verdadeira na indústria farmacêutica por causa dos elevados custos e do longo tempo de maturação envolvidos no desenvolvimento de medicamentos inovadores e de alta complexidade. Sem contar com a proteção da propriedade

intelectual e sem vislumbrar um mercado consumidor estável, que apontem para o retorno das vultosas somas investidas, nenhuma empresa assumirá o alto risco que caracteriza o processo de pesquisa e desenvolvimento no setor. É uma ficção achar que o Estado pode arcar com investimentos de alto risco. Esse é o negócio do capital privado, não do poder público.

E é justamente a existência do sistema internacional de patentes que tem impulsionado a oferta de medicamentos de última geração, como as vacinas contra a covid-19 e medicamentos para doenças raras, para citar exemplos recentes. Patentes não inibem a oferta de medicamentos e vacinas. Ao contrário: estudos demonstram que os medicamentos inovadores viabilizados pela propriedade intelectual têm impacto positivo na melhoria da qualidade de vida e na redução dos custos de tratamentos médicos, compensando plenamente os gastos públicos e privados com esses produtos. De fato, a proteção patentrária na área farmacêutica é social e economicamente benéfica.

São produtos de alta tecnologia, frutos da notória competência que começa nas bancadas de pesquisa, segue nos sofisticados equipamentos e técnicas de manipulação das substâncias nas fábricas e passa pelos rigorosos controles de qualidade, entre outras etapas. Expertise baseada no conhecimento e na experiência acumulados ao longo de décadas pela indústria farmacêutica. Expertise que não se adquire da noite para o dia nem por medidas burocráticas.

Durante a pandemia, ao descrever o complexo processo de produção de vacinas contra o Sars-CoV-2, para explicar a irrelevância da proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual para produtos de prevenção e tratamento da covid-19, a respeitada especialista internacional da área da saúde Natalia Pasternak disse tudo: “Não dá para criar vacinas por canetada, é preciso antes investir em ciência, desenvolvimento e indústria”.

Na prática, ao emitir sinais contraditórios a respeito de sua política para a promoção do complexo econômico e industrial da saúde, o governo inadvertidamente enfraquece seu plano original. O Brasil precisa fazer com que sua indústria volte a ser competitiva, precisa definir uma estratégia de crescimento plausível e realista, aliada ao enfrentamento das questões sociais, entre elas o acesso à saúde.

Esse objetivo maior, que passa necessariamente pelo avanço da indústria farmacêutica e da saúde, requer um ambiente favorável à articulação de empresas e investidores nacionais e internacionais, num processo de curto, médio e longo prazo que pressupõe a existência de regras claras e estáveis, ou seja, de uma política de Estado e não apenas de governo. Nesse contexto, a legislação de proteção à propriedade intelectual, o respeito às regras sanitárias e a segurança jurídica e previsibilidade, são instrumentos de promoção à capacitação tecnológica e industrial e, em decorrência, um mecanismo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.